



RESOLUÇÃO Nº. 077, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Disciplina a emissão de Autorização para o Transporte Rodoviário Intermunicipal de Trabalhadores Rurais no Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto na da Lei Delegada nº. 128, de 25 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e no Decreto nº. 44.608, de 05 de setembro de 2007, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e considerando o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º A autorização para o Transporte Rodoviário Intermunicipal de trabalhadores rurais no Estado de Minas Gerais, somente poderá ser emitida para os veículos definidos nesta Resolução.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, adotam-se as seguintes definições:

I – Autorização: Ato discricionário, unilateral, precário, personalíssimo, intransferível e temporário, emitido pelo DER-MG, relativa ao Transporte Rodoviário Intermunicipal no Estado de Minas Gerais, obrigatória para todos os veículos que realizem transporte de trabalhadores rurais em rodovia de jurisdição do DER/MG.

II – Ônibus: Veículo Automotor de Transporte coletivo com capacidade para mais de vinte assentos;

III – Microônibus: Veículo Automotor de Transporte coletivo com capacidade ente nove e vinte assentos, exclusive o do condutor; e

IV – Trabalhador Rural: Pessoa física prestadora de serviço em empreendimentos agropecuários ou assemelhados.



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 3º A autorização de que trata o inciso I, do art. 2º, desta resolução, será emitida ao interessado, à critério das Coordenadorias Regionais do DER-MG e deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – Prazo de validade de até doze meses;
- II – Não ultrapassar o prazo de vigência do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRVL;
- III – Não ultrapassar o período de vigência do seguro de acidentes pessoais à benefício do trabalhador transportado; e
- IV – Apresentar comprovante de seguro de acidentes pessoais à benefício do trabalhador transportado com o valor segurado igual ou superior ao valor do seguro obrigatório de “Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT”.

Parágrafo único. A apólice de seguro de acidentes pessoais, a que se refere o inciso IV do artigo 3º desta Resolução, deverá possuir cláusula de cobertura de Despesas Médico Hospitalares – DMH, além de indenização por morte ou invalidez permanente.

Art. 4º O requerimento para prestação do serviço objeto desta resolução, deverá ser protocolizado em quaisquer das Coordenadorias Regionais do DER-MG e deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – Requerimento do proprietário do veículo, devidamente firmado, em formulário próprio a disposição do interessado na Coordenadoria Regional impresso “TC-84”;
- II – Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV;
- III – Cópia da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, do condutor do veículo, conforme estabelecido pelo CTB;
- IV - Certidão Negativa do registro de distribuição criminal, do condutor do veículo nos termos do art. 329, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- V – Para veículos com até quinze anos de idade, declaração do proprietário atestando serem adequadas às condições de manutenção, conservação e segurança do veículo, pela qual assume plena e total responsabilidade; e
- VI – Para veículos com mais de quinze anos, apresentar laudo de vistoria, a cada seis meses, emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO, ou por empresa por ele credenciada, atestando serem adequadas as



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
ASSESSORIA JURÍDICA

condições de manutenção, conservação, segurança e preservação das características técnicas do veículo, nos termos da NBR 14040.

§1º A documentação de que trata este artigo ficará arquivada na Coordenadoria Regional responsável pelo seu recebimento e emissão da autorização;

§2º O veículo a ser autorizado, deverá possuir compartimento próprio e separado, dos trabalhadores transportados e da sua tripulação, para guarda das ferramentas de trabalho;

§3º O veículo deverá estar equipado com registrador instantâneo e inalterável de velocidade;

§4º O veículo não poderá estar equipado com roleta;

§5º O não atendimento à legislação de trânsito e ao disposto nesta resolução implicará no indeferimento do requerimento;

§6º Atendidas as exigências estabelecidas nesta resolução, será emitida a competente autorização, pelo Coordenador Regional, ou por servidor da mesma Coordenadoria, por delegação do seu Coordenador;

§7º A autorização de que trata esta resolução, poderá ser cassada pela autoridade emitente, por descumprimento das disposições desta resolução, independentemente da aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro-CTB, e demais cominações previstas em lei; e

§ 8º O DER-MG poderá ao seu critério, submeter o veículo autorizado à vistoria.

Art. 5º O transportador autorizado deverá obrigatoriamente cumprir, quando da operação da prestação do serviço:

- I – As disposições desta resolução;
- II- As disposições do Código de Trânsito Brasileiro -CTB; e
- III- Não transportar pessoas em pé, ou acima da capacidade autorizada.

Art. 6º São documentos de porte obrigatório para o veículo autorizado, quando da prestação do serviço:

- I - Os exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro -CTB;
- II – A autorização expedida pelo DER-MG; e



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
ASSESSORIA JURÍDICA

III – Comprovante de seguro de acidentes pessoais a benefício do trabalhador transportado, conforme estabelecido no inciso IV, do art. 3º desta resolução.

Art. 7º A inobservância de qualquer preceito e disposições desta resolução, imporá ao infrator as seguintes penalidades:

I – Cassação da autorização emitida pelo DER-MG;

II – As penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro –CTB; e

III – As punições previstas no capítulo XIX, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 8º O acompanhamento, controle e fiscalização das atividades disciplinadas nesta Resolução, serão exercidos pelo DER-MG, por meio de seus agentes credenciados e demais órgãos a ele conveniados.

Art. 9º Ficam revogadas as Resoluções nº 052, de 12 de setembro de 2008, 057, de 17 de outubro de 2008 e 072, de 18 de dezembro de 2008.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, em Belo Horizonte, aos 29 de dezembro de 2008, 220º da Inconfidência Mineira e 187º da Independência do Brasil.

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, em exercício.

Publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 30 de dezembro de 2008, pág. 46.